



## EXPEDIENTE

**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**  
José Eduardo Ciotola Gussem

**CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**  
Luciana Sapha Silveira

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ADMINISTRAÇÃO**  
Eduardo da Silva Lima Neto

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL**  
Maria Cristina Palhares dos Anjos Tellechea

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CÍVEIS E INSTITUCIONAIS**  
Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE ASSUNTOS CRIMINAIS E DE DIREITOS HUMANOS**  
Ricardo Ribeiro Martins

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E DEFESA DE PRERROGATIVAS**  
Marfan Martins Vieira

**CHEFIA DE GABINETE**  
Virgílio Panagiotis Stavridis

**CONSULTORIA JURÍDICA**  
Emerson Garcia

**ASSESSORIA EXECUTIVA**  
Fernando Chaves da Costa

**COORDENADORIA DE MOVIMENTAÇÃO DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA**  
Vera de Souza Leite

**COORDENADORIA DE MOVIMENTAÇÃO DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA**  
Patrícia Mothé Gloche Béze

**COORDENADORIA DE SEGURANÇA E INTELIGÊNCIA**  
Elisa Fraga de Rego Monteiro

**CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL**  
Sávio Renato Bittencourt Soares Silva

**OUVIDORIA**  
Denise Freitas Fabião Guasque

**SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**  
Dimitrius Viveiros Gonçalves

**ASSESSORIA DE ATRIBUIÇÃO ORIGINÁRIA EM MATÉRIA CÍVEL**  
Patrícia Leite Carvão (Assessora-Chefe)

**ASSESSORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS CÍVEIS**  
Inês da Matta Andreiuolo (Assessora-Chefe)

**GRUPO DE ATRIBUIÇÃO ORIGINÁRIA EM MATÉRIA CRIMINAL**  
Cláudio Cardoso da Conceição (Coordenador)

**ASSESSORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS CRIMINAIS**  
Orlando Carlos Neves Belém (Assessor-Chefe)

**ASSESSORIA CRIMINAL**  
(Vago)

**ASSESSORIA DE DIREITOS HUMANOS E DE MINORIAS**  
Eliane de Lima Pereira

**ASSESSORIA DE ASSUNTOS PARLAMENTARES**  
Victoria Siqueiros Soares Le Cocq D' Oliveira

**ASSESSORIA INTERNACIONAL**  
Humberto Dalla Bernadina de Pinho

## Sumário

- PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA..... 1
- ASSESSORIA EXECUTIVA ..... 5
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS ..... 5
- PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA..... 5

## PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

### ATO DO PROCURADOR-GERAL E DA CORREGEDORA-GERAL

#### \* RESOLUÇÃO CONJUNTA GPGJ/CGMP Nº 21, DE 13 DE MARÇO DE 2020.

*Disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a adoção de medidas temporárias para a prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19), com o objetivo de assegurar a continuidade das funções ministeriais e o adequado enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS).*

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA** e a **CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** a classificação da situação mundial do novo coronavírus (COVID-19) como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS);

**CONSIDERANDO** a edição da Lei nº 13.979/20, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, consoante já reconhecida pela OMS;

**CONSIDERANDO** as evidências de transmissão da COVID-19 entre pessoas assintomáticas, bem como a taxa de mortalidade elevada entre idosos e pessoas com doenças crônicas;

**CONSIDERANDO** a obrigatoriedade dos órgãos e entidades públicas e privadas de evitar a propagação da COVID-19;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se manter a continuidade das atividades do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, sobretudo no que concerne ao atendimento de demandas urgentes e de relevante interesse público,

**RESOLVEM**



**Art. 1º** - Esta Resolução Conjunta dispõe sobre medidas temporárias e excepcionais para prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19), a serem adotadas no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ).

**Art. 2º** - Ficam suspensos o atendimento e a prática de atos que envolvam a presença de público externo nos órgãos de execução e administrativos do MPRJ, pelo prazo de 14 (quatorze) dias, ressalvados os casos urgentes e de relevante interesse público, que deverão ser preferencialmente tratados por meio eletrônico ou por telefone.

**Parágrafo único** - O MPRJ promoverá ampla divulgação dos seus canais de comunicação para o recebimento de demandas externas.

**Art. 3º** - É vedado o ingresso nas unidades do MPRJ de pessoa ciente de sua contaminação pela COVID-19 ou classificada como caso suspeito, nos termos das orientações da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES).

**Art. 4º** - Ficam temporariamente suspensas a visitação e a utilização da Biblioteca Procurador-Geral de Justiça Clóvis Paulo da Rocha, do Corredor Cultural Promotor de Justiça Stênio Lutgardes Neves, dos auditórios e de outros locais de realização de eventos, nas dependências do MPRJ.

**Art. 5º** - Ficam suspensos, até o dia 30 de abril de 2020, os eventos presenciais promovidos pelo MPRJ ou realizados por outras Instituições em suas dependências, ressalvadas hipóteses extraordinárias que deverão ser submetidas à avaliação do Procurador-Geral de Justiça.

**§1º** - Fica igualmente suspensa a participação presencial de membros e servidores do MPRJ, ainda que em outra unidade da federação ou na qualidade de integrante de comissões e órgãos congêneres, em eventos externos que envolvam aglomeração de público, ressalvadas hipóteses extraordinárias que deverão ser submetidas à avaliação do Procurador-Geral de Justiça.

**§2º** - A realização de eventos coletivos com transmissão pela *internet*, pela *intranet* ou por sistema de videoconferência passa a ser adotada como regra geral.

**§3º** - Aplica-se a suspensão prevista no *caput* aos cursos presenciais promovidos pelo Instituto de Educação Roberto Bernardes Barroso (IERBB/MPRJ).

**Art. 6º** - Ficam suspensas, até o dia 30 de abril de 2020, as atividades de membros e servidores do MPRJ que importem fiscalizações de ambientes com aglomeração de pessoas, a exemplo de unidades prisionais, de saúde, de acolhimento e de cumprimento de medidas socioeducativas, bem como a realização de atos que envolvam o contato presencial com quaisquer das pessoas nas condições dos incisos do art. 11.

**Parágrafo único** - O *caput* não se aplica às situações emergenciais, ocasiões em que a realização da atividade deverá ser previamente comunicada à Coordenadoria de Segurança e Inteligência e à Secretaria-Geral.

**Art. 7º** - Fica autorizada aos membros do MPRJ, até o dia 30 de abril de 2020, a imediata adoção do Regime Diferenciado de Teletrabalho nos órgãos de execução e administrativos.

**Parágrafo único** - O Regime Diferenciado de Teletrabalho, para efeitos desta Resolução, consistirá no exercício remoto das atividades funcionais, devendo o membro estar disponível por meio de recursos tecnológicos.

**Art. 8º** - Fica autorizada aos servidores que prestem serviço de assessoramento aos membros do MPRJ, até o dia 30 de abril de 2020, a imediata adoção do Regime Diferenciado de Teletrabalho nos órgãos de execução e administrativos do MPRJ.

**§1º** - O Regime Diferenciado de Teletrabalho, para efeitos desta Resolução, consistirá no exercício remoto das atividades funcionais, devendo o servidor estar disponível por meio de recursos tecnológicos.

**§2º** - Os servidores em Regime Diferenciado de Teletrabalho devem estar acessíveis durante os dias úteis, pelo período de 8 (oito) horas diárias, entre 8h e 20h, conforme ajustado com a chefia imediata, ressalvados os servidores que já cumpram sua jornada de trabalho com carga horária reduzida.

**§3º** - A chefia imediata estabelecerá as atividades funcionais que serão desempenhadas remotamente pelos servidores.

**§4º** - As regras estabelecidas nos editais da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração para o programa-piloto de teletrabalho do MPRJ mantêm-se vigentes, afastada a necessidade de comparecimento presencial dos servidores.



**Art. 9º** - Os servidores que exercem funções de apoio administrativo aos órgãos de execução do MPRJ desempenharão suas atividades presenciais das 11h às 16h, em sistema de rodízio, até o dia 30 de abril de 2020.

**§1º** - Caberá às Coordenações dos Centros de Apoio Administrativo e Institucionais, dos Núcleos de Investigação Penal e dos Grupos de Atuação Funcional organizarem o sistema de rodízio, resguardando o quantitativo mínimo de recursos humanos para garantir o funcionamento das unidades.

**§2º** - A organização da escala mencionada no parágrafo anterior deve observar, sempre que possível, uma distribuição física que evite adensamento no ambiente de trabalho.

**§3º** - Nos dias em que o servidor estiver dispensado do exercício presencial de suas atividades, deverá cumprir jornada em Regime Diferenciado de Teletrabalho, observado o disposto no artigo anterior.

**§4º** - A chefia imediata poderá ampliar o horário de funcionamento estabelecido no *caput* em situações excepcionais e justificadamente, comunicando o fato à Secretaria-Geral.

**§5º** - Os estagiários forenses e não forenses poderão ser dispensados, a critério da chefia imediata.

**§6º** - A Diretoria de Recursos Humanos divulgará orientações a respeito dos registros a serem efetuados no Sistema de Controle de Frequência.

**Art. 10** - Os servidores que exercem funções em setores exclusivamente administrativos do MPRJ desempenharão suas atividades presenciais, das 11h às 16h, em sistema de rodízio, até o dia 30 de abril de 2020.

**§1º** - Caberá às chefias imediatas organizarem o sistema de rodízio, resguardando o quantitativo mínimo de recursos humanos para garantir o funcionamento das unidades.

**§2º** - A organização da escala mencionada no parágrafo anterior deve observar, sempre que possível, uma distribuição física que evite adensamento no ambiente de trabalho.

**§3º** - Nos dias em que o servidor estiver dispensado do exercício presencial de suas atividades, deverá cumprir jornada em Regime Diferenciado de Teletrabalho, observado o disposto no art. 8º.

**§4º** - As chefias imediatas poderão ampliar o horário de funcionamento estabelecido no *caput* em situações excepcionais e justificadamente, comunicando o fato à Secretaria-Geral.

**§5º** - Os estagiários não forenses poderão ser dispensados, a critério da chefia imediata.

**§6º** - A Diretoria de Recursos Humanos divulgará orientações a respeito dos registros no Sistema de Controle de Frequência.

**§7º** - As regras estabelecidas nos editais da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração para o programa-piloto de teletrabalho do MPRJ mantêm-se vigentes, afastada a necessidade de comparecimento presencial dos servidores.

**Art. 11** - Será prioritariamente adotado o Regime Diferenciado de Teletrabalho para os membros e servidores:

I - com doenças cardíacas e respiratórias crônicas;

II - imunodeprimidos, incluindo os diabéticos, oncológicos, nefropatas, transplantados e em uso de imunossuppressores;

III - gestantes;

IV - que tiverem filhos menores de 1 (um) ano de idade;

V - maiores de 60 anos.

**§1º** - As condições descritas nos incisos I, II e III deverão ser reportadas ao Núcleo de Saúde Ocupacional.

**§2º** - As situações mencionadas nos incisos IV e V deverão ser reportadas à chefia imediata.

**Art. 12** - Os membros, servidores, terceirizados e estagiários deverão observar rigorosamente as orientações da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro e do Ministério da Saúde sobre medidas de prevenção à disseminação da COVID-19.

**Art. 13** - Os membros e servidores que apresentem os sintomas apontados pelo Ministério da Saúde como indicativos da doença, a exemplo de febre e/ou dificuldade respiratória, com história epidemiológica, passam a ser considerados um caso suspeito.



**§1º** - Os casos suspeitos deverão ser imediatamente reportados ao Núcleo de Saúde Ocupacional, que promoverá a avaliação e o acompanhamento, comunicando à Secretaria-Geral.

**§2º** - Os identificados como casos suspeitos deverão ser imediatamente e exclusivamente submetidos a Regime Diferenciado de Teletrabalho, no período definido pelo Núcleo de Saúde Ocupacional.

**Art. 14** - Os membros, servidores e estagiários do MPRJ que retornarem do exterior não deverão comparecer ao ambiente de trabalho no prazo de 14 (quatorze) dias, contados da data de ingresso no território nacional.

**§1º** - O exercício das atividades funcionais no período previsto no *caput* dar-se-á exclusivamente em Regime Diferenciado de Teletrabalho.

**§2º** - A regra estabelecida no *caput* estende-se às situações de coabitação com pessoas que tenham retornado do exterior.

**Art. 15** - Caberá à Secretaria-Geral:

I - notificar as contratadas prestadoras de serviço quanto à responsabilidade em adotar todas as medidas necessárias à conscientização de seus empregados acerca dos riscos da COVID-19 e da obrigatoriedade de que reportem a ocorrência de sintomas associados à doença ao órgão gestor do contrato, estando as empresas passíveis de responsabilização em caso de omissão;

II - por meio dos órgãos gestores dos contratos, estabelecer o regime excepcional de trabalho dos terceirizados;

III - definir os procedimentos de gestão administrativa de sua competência cuja tramitação deverá ser priorizada;

IV - intensificar a higienização de espaços e de equipamentos sujeitos à intensa utilização;

V - editar atos complementares a esta Resolução, no âmbito de sua competência.

**Art. 16** - Fica recomendado aos membros, servidores e estagiários que não realizem viagem ao exterior, até o dia 30 de abril de 2020.

**Art. 17** - Fica suspensa, até o dia 30 de abril de 2020, a observância aos prazos estabelecidos em atos normativos internos, ressalvados os casos urgentes.

**Art. 18** - O funcionamento nos órgãos de execução e administrativos do MPRJ, até o dia 30 de abril de 2020, dar-se-á no período das 11h às 16h.

**Art. 19** - A atuação dos membros do MPRJ em audiências de custódia, audiências de réu preso, audiências de apresentação e oitivas informais de adolescentes em conflito com a lei será objeto de ato próprio.

**Art. 20** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 16 de março de 2020.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2020.

José Eduardo Ciotola Gussem

Luciana Sapha Silveira

Procurador-Geral de Justiça

Corregedora-Geral do Ministério Público

\* Republicada por incorreção material no texto original publicado no DOe-MPRJ de 16.03.2020.

## ATOS DO PROCURADOR-GERAL

### DE 16.03.2020

Designa a Procuradora de Justiça **MARIA CRISTINA DA SILVA GAERTNER** para atuar na 1ª Procuradoria de Justiça junto à 16ª Câmara Cível, no período de 16 a 31 de março de 2020, em razão da licença por motivo de doença em pessoa da família da Procuradora de Justiça titular, sem prejuízo de suas demais atribuições.

Torna sem efeito o ato que designou o Procurador de Justiça **JOSÉ AVELINO ATALLA** para atuar na 1ª Procuradoria junto à 13ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no período de 27 a 31 de março de 2020.



Designa o Procurador de Justiça **JOSÉ AVELINO ATALLA** para atuar na 1ª Procuradoria de Justiça junto à 13ª Câmara Cível, no período de 17 a 22 de março de 2020, em razão de antecipação de férias da Procuradora de Justiça titular, sem prejuízo de suas demais atribuições.

Designa a Promotora de Justiça **CLARISSE MAIA DA NÓBREGA** para atuar na Promotoria de Justiça Cível e de Família de Três Rios, no período de 21 a 28 de fevereiro de 2020, em razão da licença por luto da Promotora de Justiça titular, sem prejuízo de suas demais atribuições.

Designa o Promotor de Justiça **THIAGO MUNIZ BUCKER** para prestar auxílio à 3ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal Territorial da área Méier e Tijuca do Núcleo Rio de Janeiro, no período de 01 a 10 de março de 2020, sem prejuízo de suas demais atribuições e sem ônus para o Ministério Público.

Torna sem efeito a designação das Promotoras de Justiça **PATRÍCIA PIMENTEL DE OLIVEIRA CHAMBERS RAMOS** e **GABRIELA DA ROCHA GUIMARÃES DE CAMPOS** para atuar nos plantões junto ao Posto Avançado do Juizado Especial do Torcedor e dos Grandes Eventos, Estádio Maracanã, nos dias 14 e 15 de março de 2020.

Torna sem efeito a designação da Promotora de Justiça **VANESSA PETILLO TOLEDO MARQUES** para atuar no plantão junto ao Posto Avançado do Juizado Especial do Torcedor e dos Grandes Eventos, Estádio Nilton Santos "Engenhão", no dia 15 de março de 2020.

Torna sem efeito a designação da Promotora de Justiça **CLARISSE MAIA DA NÓBREGA** para prestar auxílio à Promotoria de Justiça de Família, da Infância e da Juventude de Três Rios, no período de 16 a 31 de março de 2020.

Torna sem efeito a designação da Promotora de Justiça **PAULA DA FONSECA PASSOS BITTENCOURT** para atuar na Promotoria de Justiça junto ao V Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, no dia 26 de março de 2020.

## ASSESSORIA EXECUTIVA

### DESPACHO DA ASSESSORA EXECUTIVA

**DE 11.03.2020**

Processo nº MP-2020.00209007 – GAESP – Defiro o auxílio.

## SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

### DESPACHO DO SECRETÁRIO

**DE 16.03.2020**

Processo nº 2019.00319622 – Reconheço a dívida em favor da **APPA SERVICOS TEMPORÁRIOS E EFETIVOS LTDA.**, no valor de **R\$ 164,24 (cento e sessenta e quatro reais e vinte e quatro centavos)**, nos termos do art. 37 da Lei nº 4.320/64, em razão de restos a pagar com prescrição interrompida, referente à devolução de glosas efetuadas a maior nos faturamentos da competência de 2016 e 2017, do contrato de prestação de serviço de motorista.

## PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

### AVISO

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais, AVISA aos integrantes do Conselho Superior do Ministério Público e aos demais interessados, que está mantida a Sessão Solene de posse dos novos Promotores de Justiça Substitutos, assim como a 2ª Reunião Extraordinária do Colegiado, agendadas para o dia 19 de março de 2020, às 13h e 13h30, respectivamente, sendo esta última, exclusivamente, para apreciação dos itens: 1) Concurso de Promoção ao cargo de Promotor de Justiça; 2) Concurso de Remoção para Promotor de Justiça e 6) Assuntos Gerais, ficando adiada *sine die* a análise dos processos constantes dos itens 3, 4 e 5 da pauta disponibilizada no DOE/MPRJ de 13 de março de 2020, em razão da necessidade de adoção de medidas temporárias para a prevenção ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19).



O acesso à Sala de Sessões fica restrito a três convidados de cada Promotor de Justiça Substituto empossando e aos interessados no julgamento dos Concursos de Promoção e de Remoção.

## I RECUSAS DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP)

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, através da 1ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal Especializada do Núcleo Rio de Janeiro – Centro/RJ, vem **COMUNICAR** ao investigado **LEANDRO SANTOS SILVA**, identidade nº 283690691, que, nos autos do Inquérito Policial nº 920-00261/2019, houve recusa, por ausência de requisitos legais, de formulação de **Proposta de Acordo de Não Persecução Penal**, para os fins previstos no § 14 do artigo 28-A, do Código de Processo Penal.

Fica o investigado, ainda, a contar desta publicação, cientificado da fluência do prazo previsto no artigo 6º, da Resolução GPGJ/CGMP nº 20, de 23 de janeiro de 2020.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, através da Promotoria de Justiça junto à 27ª Vara Criminal da Capital, vem **COMUNICAR** ao investigado, **GILSON MEDEIROS DO NASCIMENTO**, identidade nº 131237331, que nos autos do Procedimento nº 0023892-32.2020.8.19.0001, houve recusa, por ausência de requisitos legais, de formulação de **Proposta de Acordo de Não Persecução Penal**, para os fins previstos no § 14 do artigo 28-A, do Código de Processo Penal.

Fica o investigado, ainda, a contar desta publicação, cientificado da fluência do prazo previsto no artigo 6º, da Resolução GPGJ/CGMP Nº 20, de 23 de janeiro de 2020.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, através da Promotoria de Justiça junto à 27ª Vara Criminal da Capital, vem **COMUNICAR** ao investigado, **IGOR MOTA DE SOUZA PEREIRA**, identidade nº 27.946.098-4, CPF nº 150.899.277-07, que nos autos do Procedimento nº 0023761-57.2020.8.19.0001, houve recusa, por ausência de requisitos legais, de formulação de **Proposta de Acordo de Não Persecução Penal**, para os fins previstos no § 14 do artigo 28-A, do Código de Processo Penal.

Fica o investigado, ainda, a contar desta publicação, cientificado da fluência do prazo previsto no artigo 6º, da Resolução GPGJ/CGMP Nº 20, de 23 de janeiro de 2020.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, através da Promotoria de Justiça junto à 37ª Vara Criminal da Capital, vem **COMUNICAR** ao investigado, **ALDO FERNANDO FARIAS SILVA**, identidade nº 284838091 SS/DETRAN, CPF nº 196.280.777-08, que, nos autos do Procedimento nº 0321479-07.2019.8.19.0001, houve recusa, por ausência de requisitos legais, de formulação de **Proposta de Acordo de Não Persecução Penal**, para os fins previstos no § 14 do artigo 28-A, do Código de Processo Penal.

Fica o investigado, ainda, a contar desta publicação, cientificado da fluência do prazo previsto no artigo 6º, da Resolução GPGJ/CGMP nº 20, de 23 de janeiro de 2020.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, através da 1ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal Territorial da Área Madureira e Jacarepaguá do Núcleo Rio de Janeiro, vem **COMUNICAR** ao investigado, **LUIZ FELIPE ANCHIETA DE OLIVEIRA MARTINS**, identidade nº 301548251, CPF nº 16924659705, que, nos autos do Procedimento nº 030-05176/2019, houve recusa, por ausência de requisitos legais, de formulação de **Proposta de Acordo de Não Persecução Penal**, para os fins previstos no § 14 do artigo 28-A, do Código de Processo Penal.

Fica o investigado, ainda, a contar desta publicação, cientificado da fluência do prazo previsto no artigo 6º, da Resolução GPGJ/CGMP nº 20, de 23 de janeiro de 2020.